

Artigos

Perfil da População Remunerada pelo Salário Mínimo no Mercado de Trabalho no Brasil – 1997/2007

João Saboia*

Resumo: A partir de meados da década de 90 o salário mínimo (SM) brasileiro passou por um período de forte recuperação de seu nível real, ao mesmo tempo em que a economia crescia a taxas relativamente modestas. Tal movimento desperta o interesse sobre o tipo de transformação que poderia estar ocorrendo com a população remunerada pelo SM no mercado de trabalho.

O artigo mostra que a maior parte das mudanças observadas entre aqueles que recebem o SM está associada a modificações ocorridas no conjunto da população ocupada como um todo, como o aumento da escolaridade, da idade e da participação feminina. Há, entretanto, algumas mudanças que podem ser atribuídas ao aumento do SM no período analisado, como o crescimento de sua importância nas regiões menos desenvolvidas do país e no setor formal.

Os resultados da pesquisa mostram que apesar de seu forte crescimento num período de performance relativamente desfavorável da economia, houve queda do desemprego e aumento da formalização das relações de trabalho no país.

Palavras-chave: salário mínimo; salário mínimo no Brasil

JEL: E24; J83; J88

Introdução

Após décadas de poucas subidas e muitas descidas desde sua criação em 1940, o salário mínimo (SM) vem apresentando um movimento de crescimento sustentado desde meados dos anos noventa. Quando comparada sua evolução recente com o comportamento passado do SM

* Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O autor agradece a Danilo Falconi e Patrícia Genelhu pelo processamento e organização dos dados utilizados. O trabalho foi realizado com apoio do CNPq. Av.: Pasteur, 250 C.P. 56.028. Instituto de Economia. Universidade Federal de Rio de Janeiro. CEP: 22290-000. E-mail: saboia1@globocom.com.

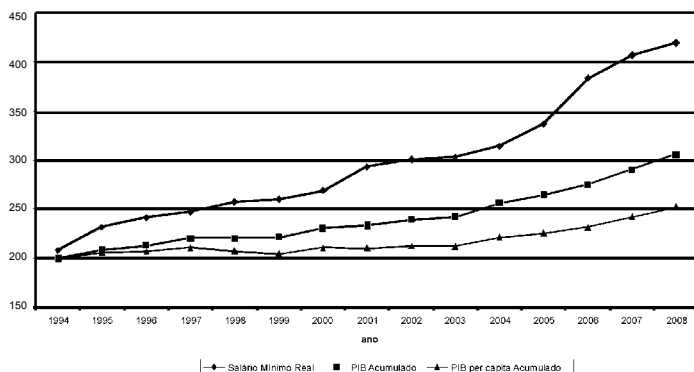
verifica-se que nunca houve na história do SM um período tão longo, que já dura quase uma década e meia, de crescimento contínuo e sustentado do SM como atualmente.

Embora não houvesse uma política explícita de recuperação do SM na maior parte do período aqui estudado, a conjuntura política e econômica foi favorável à obtenção de ganhos reais. Tal processo foi iniciado após o Plano Real com o reajuste de R\$ 70 para R\$ 100 no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, com o aspecto simbólico de fixá-lo em US\$ 100.¹

Desde então, a cada ano, por ocasião do reajuste do SM, o Congresso Nacional desenvolvia longas discussões sobre o novo nível do SM, resultando, invariavelmente, em aumento real de seu valor. Tal crescimento, se tornou ainda mais intenso a partir do governo Lula, desembocando, em 2007, em novas regras baseadas na correção da inflação pelo INPC, adicionada ao crescimento do PIB de dois anos anteriores.²

Entre 1994 e 2008, o SM real mais que dobrou em termos reais, aumentando 101,6%, i.e. 5,1% ao ano. Tal aumento foi resultado de um crescimento de 44,7% durante os oito anos do governo FHC (1995/2002) e 39,3% durante os seis primeiros anos do governo Lula (2003/2008). Cabe notar que o crescimento do SM no período foi muito superior ao aumento do PIB e do PIB per capita conforme pode ser verificado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Salário Mínimo Real*, PIB e PIB per Capita – 1994/2007**



* SM mensal médio em R\$ de dezembro de 2008 corrigidos pelo INPC.

** PIB e PIB per capita acumulados (1994 = 200).

Fonte: IPEADATA

Tendo em vista o grande aumento do SM num período em que a economia cresceu relativamente pouco (2,9% ao ano até 2007), com exceção de alguns anos isolados como 1995 (4,4%), 2000 (4,3%) e 2004 (5,7%) e em anos mais recentes como 2007 (6,1%) e 2008 (5,1%), seria desejável procurar determinar até que ponto tal aumento teria impactado o mercado de trabalho e modificado a população que recebe o SM. Teria crescido ou diminuído a parcela dos ocupados que recebem o SM? Teriam se modificado as características de tal população? Teria aumentado o setor informal da economia? O aumento do SM teria produzido desemprego? Qual o papel do SM na melhoria da distribuição de renda e combate à pobreza?

Tais questões fazem parte da agenda de pesquisas sobre o SM no Brasil conforme pode ser verificado nas referências bibliográficas ao final deste artigo.³ Em geral, entretanto, a pesquisa acadêmica tem se concentrado no papel do SM sobre a melhoria da distribuição de renda e a redução da pobreza, seus efeitos sobre o mercado de trabalho (especialmente em relação ao desemprego e à informalidade) ou sobre as finanças públicas. Pouco tem sido estudado sobre as características das pessoas que recebem o SM enquanto remuneração do trabalho.⁴

O objetivo deste artigo é distinto. Ele procura caracterizar a população que recebe exatamente 1 SM no mercado de trabalho do país,⁵ procurando verificar até que ponto o crescimento de seu valor real nos últimos anos teria modificado tais características. Apenas na última seção discutem-se rapidamente aspectos relacionados ao desemprego e à informalidade. Para isso, foram escolhidos dois momentos extremos no período recente de forte crescimento do SM e feita uma análise a partir dos dados levantados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A ideia foi escolher um ano para representar o início e outro o final do período.

Uma das dificuldades de se trabalhar com a variável rendimento na PNAD é o fato das pessoas tenderem a arredondar os valores informados. Assim, verifica-se uma concentração de informações em números redondos (terminados com um, dois ou três zeros). Portanto se o SM for R\$ 100, como em 1995, haverá uma tendência a que pessoas que recebam

remunerações próximas ao SM informem o valor do SM, aumentando o número de pessoas que recebem exatamente 1 SM.

A escolha do ano final do período analisado resultou da disponibilidade de dados recentes, sendo utilizado 2007, quando o SM foi fixado em R\$ 380.⁶ O primeiro ano do período com um valor “comparável” para o SM, i.e. terminado com apenas um zero, é 1997, quando o SM nominal era R\$ 120.⁷ Assim, o estudo é feito comparando-se a situação em 1997 com 2007, representando uma década de crescimento real de 64,1% para o SM.⁸

Nas próximas seções serão estudados diversos aspectos da população remunerada pelo SM – sexo; idade; escolaridade; setor de atividade; região; e posição na ocupação –, verificando as mudanças no período e sua comparação com o conjunto da população ocupada. Ao final há uma seção apresentando o comportamento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho no período analisado, seguindo-se as principais conclusões.

Características Pessoais – Sexo, Idade e Escolaridade

Sexo

Segundo a PNAD, havia 6.1 milhões de pessoas ocupadas recebendo 1 SM em 1997 e 8,8 milhões em 2007.⁹ Tais valores representavam, respectivamente, 8,8% e 9,8% da população ocupada, significando, portanto, um pequeno crescimento na parcela dos trabalhadores remunerados pelo SM.

Há certo equilíbrio entre o número de homens e mulheres recebendo 1 SM, tendo ocorrido poucas mudanças no período. Enquanto em 1997, 50,2% dos que recebiam 1 SM eram homens, em 2007, sua participação era de 48,5%. Portanto, as mulheres representavam, respectivamente, 49,8% e 51,5% da população remunerada pelo SM. Tal equilíbrio, entretanto, é apenas aparente, na medida em que há muito mais homens no mercado de trabalho do que mulheres. A participação feminina no mercado de trabalho total passou de 39,5% em 1997 para 42,5% em 2007. Portanto, há uma clara sobre representação feminina na população que recebe 1 SM (Tabela 1).

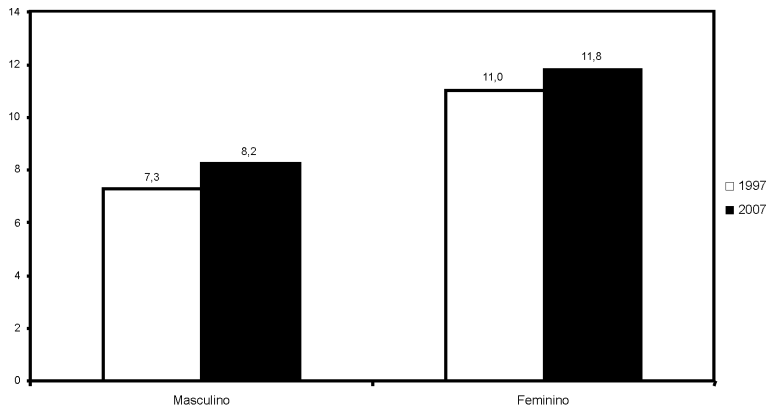
Tabela 1 – Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Sexo – 1997/2007

Sexo	Total		1 SM	
	1997	2007	1997	2007
Masculino	60,5	57,5	50,2	48,5
Feminino	39,5	42,5	49,8	51,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

A maior participação relativa feminina fica ainda mais clara quando verificado o percentual de homens e mulheres que recebem 1 SM no mercado de trabalho. Assim, enquanto, em 1997, 7,3% dos homens tinham uma remuneração de 1 SM, 11% das mulheres estavam em situação análoga. Em 2007, suas participações cresceram para 8,2% e 11,8%, respectivamente (gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual de Pessoas Ocupadas que Recebem 1 SM por Sexo – 1997/2007



Fonte: PNAD/IBGE

Resumindo, houve aumento tanto da parcela de homens quanto de mulheres recebendo 1 SM no período, tornando, ao mesmo tempo, a população dependente do SM ligeiramente mais feminina ao longo do período, de modo que mais da metade da população ocupada recebendo 1 SM passou a ser constituída por mulheres.

Idade

Houve queda da participação dos trabalhadores mais jovens entre aqueles que recebem 1 SM, crescendo a parcela nas faixas etárias intermediárias. Exemplificando, enquanto 36,8% dos trabalhadores que recebiam 1 SM em 1997 tinham até 24 anos, em 2007 sua participação havia caído para 26,8%. Em contrapartida, aumentou a parcela entre 30 e 59 anos de 45,5% para 54,8% (Tabela 2).

A redução da importância relativa da população mais jovem que recebe 1 SM está parcialmente associada ao fato que houve forte redução de trabalhadores jovens no mercado de trabalho do país nos últimos anos. Enquanto em 1997, 27% das pessoas ocupadas tinham até 24 anos, em 2007 apenas 21,5% pertenciam à mesma faixa etária. De qualquer forma, a redução da participação dos trabalhadores mais jovens na população que recebe 1 SM foi bem mais intensa que sua redução no mercado de trabalho em geral.

Tabela 2 - Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Faixa Etária - 1997/2007

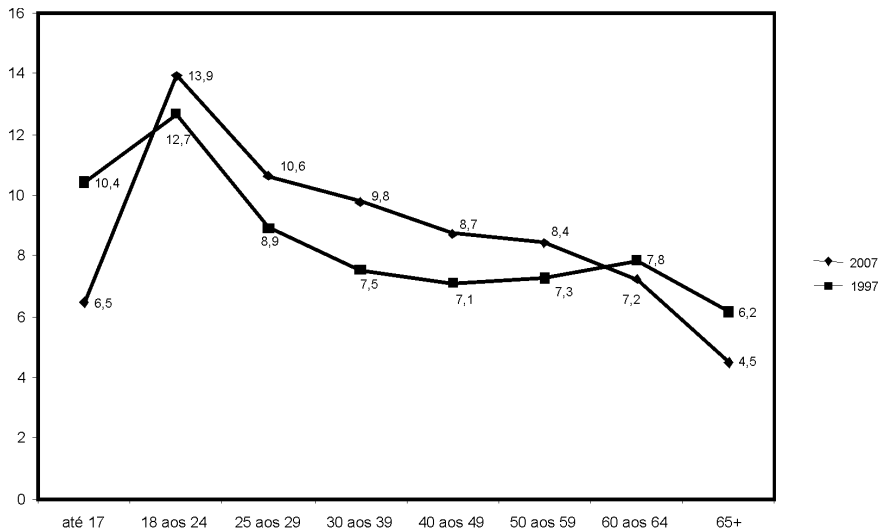
Faixa Etária	Total		1 SM	
	1997	2007	1997	2007
até 17	9,3	5,0	11,1	3,3
18 aos 24	17,7	16,5	25,7	23,5
25 aos 29	12,7	13,3	13,0	14,5
30 aos 39	25,4	24,4	21,9	24,5
40 aos 49	18,8	21,3	15,3	19,1
50 aos 59	10,0	12,9	8,3	11,2

60 aos 64	2,7	3,1	2,5	2,3
65+	3,3	3,4	2,3	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

Quando verificada a parcela que recebe 1 SM dentro de cada faixa etária, confirma-se que o SM tornou-se mais importante para as faixas etárias intermediárias, tendo aumentando sua representatividade como remuneração recebida no período. O gráfico 3 é bastante claro, mostrando que houve aumento do percentual de pessoas que recebem 1 SM em todas as faixas etárias entre 18 e 59 anos.

Gráfico 3 – Percentual de Pessoas Ocupadas que recebem 1 SM por Faixa Etária – 1997/2007



Fonte: PNAD/IBGE

Em outras palavras, da mesma forma em que houve envelhecimento da população ocupada como um todo, aqueles recebendo 1 SM também envelheceram no período. Apesar disso, parcela significativa dos trabalhadores jovens continua sendo remunerada pelo SM.

Escolaridade

Conforme esperado, o grosso da população que recebe 1 SM é constituído por pessoas de baixa escolaridade. Em 1997, por exemplo, 75,2% tinham no máximo 7 anos de estudo. Por conta do aumento da escolaridade da população e do crescimento do SM no período, menos da metade da população que recebia 1 SM em 2007 tinha o mesmo nível de escolaridade (Tabela 3).

O aumento da escolaridade dos trabalhadores na década pode ser observado claramente quando observado que, em 1997, 62,7% da população ocupada possuía no máximo 7 anos de estudo, percentual esse reduzido a apenas 42,9% em 2007.

Tabela 3 - Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Anos de Estudo - 1997/2007

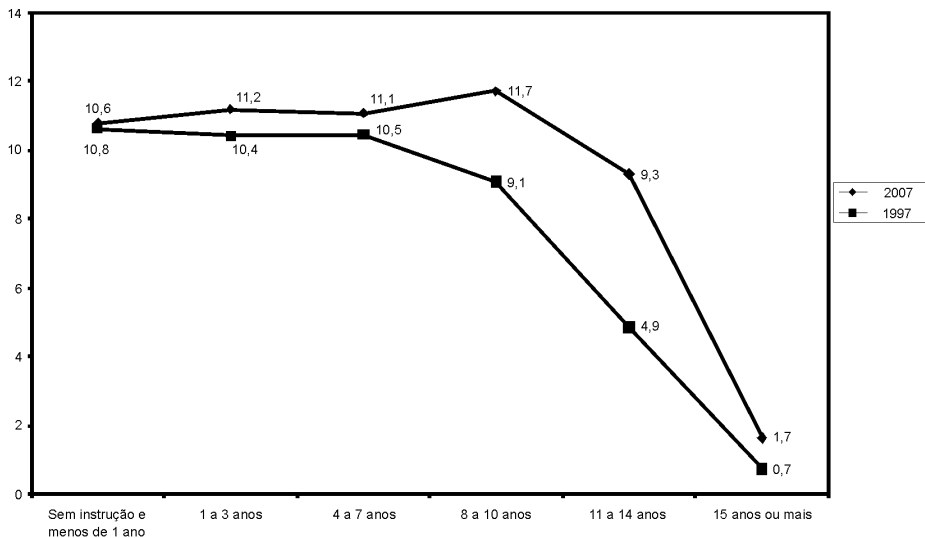
Anos de Estudo	Total		1 SM	
	1997	2007	1997	2007
Sem instrução e menos de 1 ano	14,1	8,2	17,2	9,1
1 a 3 anos	16,9	10,1	20,1	11,6
4 a 7 anos	31,7	24,6	37,9	27,9
8 a 10 anos	14,1	17,3	14,7	20,7
11 a 14 anos	16,5	30,2	9,2	28,8
15 anos ou mais	6,4	9,5	0,5	1,6
Não determinados e sem declaração	0,2	0,2	0,4	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

Visto sob outro ponto de vista, houve tendência de crescimento da parcela que recebe 1 SM dentro de cada nível de escolaridade ao longo do período, especialmente, entre 8 e 14 anos de estudo, como ilustrado no gráfico 4. Assim, enquanto em 1997, 9,1% daqueles com 8 a 10 anos

de estudo recebiam 1 SM, em 2007, tal participação subia para 11,7%. Para aqueles entre 11 e 14 anos de estudo a participação passou de 4,9% para 9,3%. Portanto, na medida em que a população aumentava seu nível de escolaridade e em que o SM crescia em termos reais, aumentava a importância do SM para os trabalhadores de maior escolaridade.

Gráfico 4 – Percentual de Pessoas Ocupadas por Anos de Estudo que recebem 1 SM – 1997/2007



Fonte: PNAD/IBGE

Em resumo, pode-se afirmar que ao longo do período analisado, a população que recebe 1 SM no mercado de trabalho tornou-se mais feminina, mais idosa e mais escolarizada, de uma certa forma, acompanhando as transformações da própria força de trabalho brasileira no passado recente. É claro que parte das mudanças está associada tanto a movimentos de oferta quanto de demanda no mercado de trabalho, como no caso da escolaridade dos trabalhadores que aumentou no período ao mesmo tempo em que o mercado passou a demandar trabalhadores mais escolarizados para ocupações que no passado contratavam pessoal menos qualificado.

Setor de Atividade

Na medida em que houve mudanças na classificação de atividades utilizada pela PNAD entre 1997 e 2007, serão apresentadas apenas informações referentes a 2007 na caracterização da população remunerada pelo SM.¹⁰

Tais pessoas concentram-se em 5 setores de atividade – agrícola; indústria de transformação; comércio e reparação; educação, saúde e serviços sociais; e serviços domésticos. Esses são também os setores que possuem mais trabalhadores. De qualquer forma, verifica-se que há sobre representação para a população que recebe 1 SM em alguns setores, como no serviço doméstico, que absorve 7,5% da população ocupada e 15,8% das pessoas que recebem 1 SM. Em contrapartida, há sub representação no setor agrícola, que representa 17,4% da população ocupada e apenas 10,5% daqueles que recebem 1 SM. Tal resultado é coerente com a baixa representatividade do SM nas áreas rurais onde as relações de assalariamento são menos comuns, como será verificado mais adiante (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Setor de Atividade – 2007

Setor de Atividade	Total	1 SM
Agrícola	17,4	10,5
Outras atividades industriais	0,8	0,6
Indústria de transformação	14,5	13,3
Construção	6,8	5,5
Comércio e reparação	18,2	18,0
Alojamento e alimentação	3,7	4,7
Transporte, armazenagem e comunicação	4,9	2,7

Administração pública	5,0	7,0
Educação, saúde e serviços sociais	9,3	11,5
Serviços domésticos	7,5	15,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,1	3,8
Outras atividades	7,5	6,4
Atividades mal definidas	0,2	0,2
Total	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

A importância do SM enquanto remuneração no serviço doméstico pode ser confirmada pelo fato que 20,6% das pessoas ocupadas nesse tipo de atividade receberem 1 SM. Outros setores com elevada participação de pessoas ocupadas recebendo 1 SM são alojamento e reparação, administração pública, e educação, saúde e serviços sociais, onde a parcela com tal nível de remuneração supera com folga a média de 9,8% encontrada na economia em 2007 (Tabela 5).

Tabela 5 - Porcentagem de Pessoas que recebem 1 SM por Setor de Atividade - 2007

Setor de Atividade	%
Agrícola	5,9
Outras atividades industriais	6,8
Indústria de transformação	8,9
Construção	7,8
Comércio e reparação	9,6
Alojamento e alimentação	12,3

Transporte, armazenagem e comunicação	5,3
Administração pública	13,7
Educação, saúde e serviços sociais	12,0
Serviços domésticos	20,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8,9
Outras atividades	8,3
Atividades mal definidas	9,8
Total	9,8

Fonte: PNAD/IBGE

Dados Regionais

Grandes Regiões

A população ocupada que recebe 1 SM está concentrada nas regiões Nordeste e Sudeste. Na primeira, devido ao menor desenvolvimento de seu mercado de trabalho, que embora absorvendo um grande número de pessoas paga salários mais baixos. Na Sudeste, devido à sua grande dimensão e elevado nível de desenvolvimento de seu mercado de trabalho. No período considerado, a participação do Nordeste entre os que recebem 1 SM aumentou de 35,9% para 38,1%, enquanto no Sudeste recuou ligeiramente de 36,1% para 35,8%. Em outras palavras, a região Nordeste superou a Sudeste na quantidade de pessoas remuneradas no mercado de trabalho segundo o SM. Houve queda também na participação das regiões Sul e Centro-Oeste e aumento na região Norte (Tabela 6).

Há uma clara super representação da região Nordeste em relação ao SM, na medida em que sua participação na população ocupada do país é bem mais baixa do que quando considerado seu peso na população que recebe 1 SM. Situação inversa ocorre na região Sudeste.

Quando considerada toda a população ocupada no país, a participação da região Nordeste cai de 28,5% para 26,6% no período, representando valores bem mais baixos que na distribuição da população que recebe 1 SM. Por outro lado, enquanto o mercado de trabalho da região Nordeste apresentou redução relativa, aumentou sua participação entre aqueles que recebem 1 SM. No caso da região Sudeste, sua parcela na população total ocupada era de 42,9% em 2007, valor bem superior aos 35,3% quando considerados apenas aqueles que recebem 1 SM.

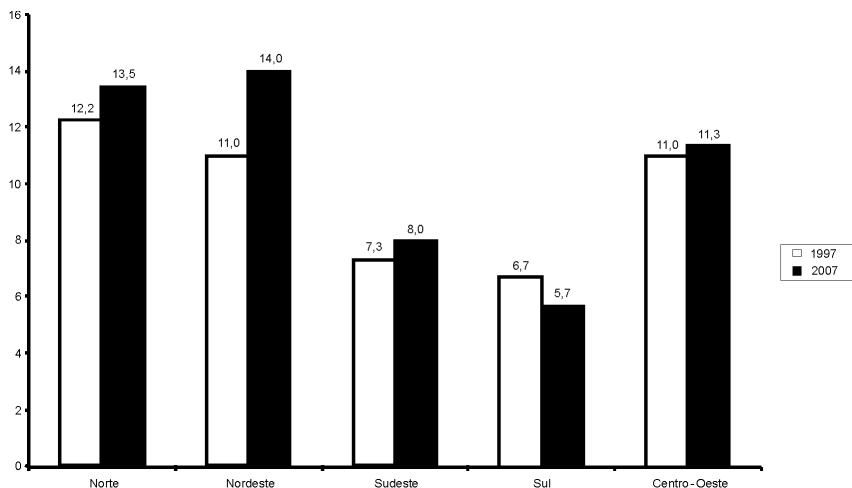
Tabela 6 - Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Grande Região - 1997/2007

Região	Total		1 SM	
	1997	2007	1997	2007
Norte	4,4	5,6	6,1	7,7
Nordeste	28,5	26,6	35,9	38,1
Sudeste	43,0	43,7	36,1	35,8
Sul	16,9	16,6	13,0	9,6
Centro-Oeste	7,2	7,5	9,0	8,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

Tendo em vista os maiores níveis de remuneração encontrados nas regiões Sul e Sudeste, parcela bastante reduzida de suas populações ocupadas recebe 1 SM, ao mesmo tempo em que os percentuais são bem mais elevados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No período, houve forte aumento da parcela da população que recebe 1 SM no Nordeste, passando de 11% em 1997 para 14% em 2007. Houve ainda pequeno aumento nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e queda nas regiões Norte e Sul (gráfico 5).

Gráfico 5 – Percentual de Pessoas Ocupadas que recebem 1 SM por Grande Região – 1997-2007



Fonte: PNAD/IBGE

Unidades da Federação

Em geral, os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são aqueles com maior parcela dos trabalhadores recebendo 1 SM. Em 2007, com 17,8%, Alagoas era o estado com maior participação do SM, enquanto São Paulo, com 4,8%, possui o menor percentual. Há diversos casos de estados onde a importância do SM no mercado de trabalho é relativamente elevada. Além de Alagoas podem ser mencionados outros sete estados com participação superior a 14% em 2007. Em todos os sete houve crescimento da parcela dos trabalhadores remunerada segundo o SM. São eles Tocantins, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Goiás (Tabela 7).

Da mesma forma que na análise das grandes regiões, há casos de aumento e de diminuição da importância do SM nos vários estados, inclusive no interior de uma mesma região, não havendo sido identificado um comportamento típico. De qualquer forma, a tendência foi de aumento do percentual de pessoas remuneradas pelo SM na maioria dos estados.

É interessante comparar a população total ocupada com a população que recebe 1 SM em cada estado. Em 2007, por exemplo, enquanto São Paulo representava 22,9% do mercado de trabalho do país, seus trabalhadores recebendo 1 SM representavam apenas 11,2% do total com este nível de rendimento. Situação inversa ocorre em Minas Gerais, com 11,1% dos trabalhadores e 16,2% dos que recebem 1 SM. Ou ainda na Bahia, com 7,3% e 11,2%, respectivamente.

Tabela 7 - Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM e Percentual de Pessoas Ocupadas que recebem 1 SM por UF - 1997/2007

UF	Total		1 SM		%	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Rondônia	0,5	0,6	0,7	0,7	11,8	11,6
Acre	0,2	0,2	0,3	0,3	14,7	14,0
Amazonas	1,0	1,1	1,1	1,5	10,0	13,1
Roraima	0,1	0,2	0,1	0,2	9,4	12,2
Pará	1,7	2,7	2,5	3,6	12,6	13,4
Amapá	0,2	0,3	0,3	0,4	12,3	13,1
Tocantins	0,7	0,5	1,1	0,9	14,4	17,0
Maranhão	3,8	3,3	2,8	3,2	6,5	9,7
Piauí	1,8	1,8	1,8	1,8	8,8	10,2
Ceará	4,3	4,3	5,0	6,1	10,0	13,6
Rio Grande do Norte	1,5	1,6	2,4	2,1	14,4	13,2
Paraíba	2,1	1,8	2,5	2,8	10,3	15,8
Pernambuco	4,5	4,1	5,9	6,4	11,6	15,2
Alagoas	1,4	1,4	2,2	2,6	13,2	17,8
Sergipe	1,0	1,0	1,3	1,8	11,1	16,7
Bahia	8,0	7,3	12,0	11,2	13,1	15,0

Minas Gerais	11,3	11,1	16,1	16,2	12,5	14,3
Espírito Santo	1,9	1,9	1,9	2,3	8,7	11,7
Rio de Janeiro	8,1	7,9	8,5	6,1	9,2	7,5
São Paulo	21,8	22,9	9,5	11,2	3,8	4,8
Paraná	6,2	6,2	4,9	3,9	6,9	6,1
Santa Catarina	3,5	3,7	1,8	2,0	4,5	5,2
Rio Grande do Sul	7,2	6,6	6,3	3,8	7,6	5,5
Mato Grosso do Sul	1,3	1,3	1,5	1,3	9,5	9,5
Mato Grosso	1,6	1,6	1,8	1,6	10,1	9,6
Goiás	3,1	3,3	4,9	4,9	13,8	14,5
Distrito Federal	1,2	1,3	0,8	1,0	6,1	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	8,8	9,8

Fonte: PNAD/IBGE

Regiões Urbanas e Rurais

A população brasileira continuou ao longo do período analisado seu movimento de aumento da urbanização iniciado há décadas. Enquanto em 1997, 76,1% da população ocupada era urbana, em 2007, havia aumentado para 83,2%.¹¹ Tendo em vista que as relações de trabalho assalariadas são muito mais importantes nas regiões urbanas que nas rurais, a participação do SM é ainda mais elevada nas primeiras, tendo passado de 78,5% para 86,6%. Em 2007, 10,2% dos trabalhadores urbanos recebiam 1 SM, enquanto apenas 7,7% dos rurais estavam em situação similar (Tabela 8 e gráfico 6).

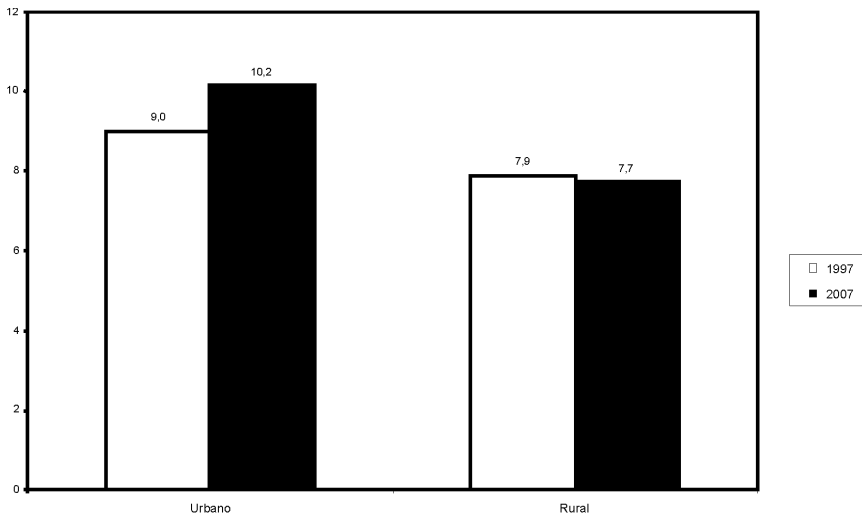
As diferenças entre as características dos mercados de trabalho urbanos e rurais são imensas. Além da maior incidência de assalariamento nas regiões urbanas, seus níveis de rendimento são bem mais elevados. Enquanto apenas um de cada cinco trabalhadores urbanos recebe menos de 1 SM nas regiões urbanas, dois de cada três estão em situação semelhante nas regiões rurais.¹²

Tabela 8 – Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Região Urbana e Rural – 1997/2007

Região	Total		1 SM	
	1997	2007	1997	2007
Urbano	76,1	83,2	78,5	86,6
Rural	23,9	16,8	21,5	13,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

Gráfico 6 – Percentual de Pessoas Ocupadas que recebem 1 SM nas Regiões Urbanas e Rurais – 1997-2007



Fonte: PNAD/IBGE

Em resumo, o SM tornou-se mais importante nas regiões Norte e Nordeste e na maioria de seus estados no período analisado. Apesar disso, grande parte dos trabalhadores que recebem 1 SM continuam localizados nos estados com maior parcela da população ocupada, seja na região Sudeste, como Minas Gerais e São Paulo ou no Nordeste, como Bahia.

Por outro lado, refletindo o crescimento da formalização das relações de trabalho assalariadas nas regiões urbanas, o SM, que já era majoritariamente urbano, tornou-se ainda mais urbano.

Posição na Ocupação

O principal movimento verificado no mercado de trabalho brasileiro no período de aumento do SM foi o crescimento da parcela dos empregados com carteira assinada, que passou de 28,7% para 33,7%. Em outras palavras, houve uma nítida tendência de aumento da formalização das relações de trabalho no mercado de trabalho no país (Tabela 9).

Tabela 9 - Distribuição da População Ocupada Total e das Pessoas que recebem 1 SM por Posição da Ocupação - 1997/2007

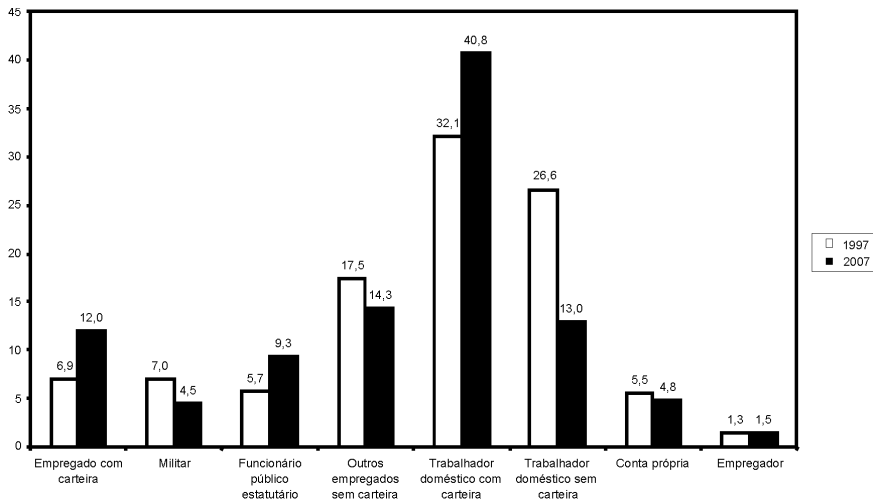
Posição da Ocupação	Total		1 SM	
	1997	2007	1997	2007
Empregado com carteira	28,7	33,7	22,7	41,5
Militar	0,4	0,3	0,3	0,1
Funcionário público estatutário	6,1	6,6	4,0	6,3
Outros empregados sem carteira	17,0	17,3	33,9	25,3
Trabalhador doméstico com carteira	1,7	2,1	6,3	8,6
Trabalhador doméstico sem carteira	5,8	5,4	17,8	7,3
Conta própria	22,7	21,0	14,3	10,3
Empregador	4,0	3,8	0,6	0,6
Outros*	13,6	9,8	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

* Trabalhador na produção para o próprio consumo, construção e próprio uso e não remunerado
Fonte: PNAD/IBGE

Tendo em vista o aumento da formalização verificado, seria natural se esperar um crescimento da importância do SM, como efetivamente ocorreu. No caso dos empregados com carteira, o percentual que recebe 1 SM passou de 6,9% para 12%. Entre os trabalhadores domésticos com carteira, subiu de 32,1% para 40,8%. O aumento do SM fez, entretanto, baixar sua importância para os empregados sem carteira assinada em geral, de 17,5% para 14,3%, e entre os domésticos sem carteira, de 26,6% para 13% (gráfico 7).

A distribuição das pessoas que recebem 1 SM segundo a posição na ocupação apresentou importantes modificações entre 1997 e 2007. Em 1997, os empregados sem carteira assinada representavam 33,9% do total, caindo para 25,3% em 2007. Já os empregados com carteira assinada tiveram sua participação aumentada de 22,7% para 41,5%. Cabe ainda mencionar o crescimento dos trabalhadores domésticos com carteira, que passaram de 6,3% para 8,6%, e a queda para os domésticos sem carteira de 17,8% para 7,3%. Em outras palavras, houve crescimento das posições na ocupação típicas do setor formal e queda nas informais entre as pessoas remunerados pelo SM.

Gráfico 7 - Percentual de Pessoas que recebem 1 SM por Posição na Ocupação - 1997-2007



Fonte: PNAD/IBGE

Nota-se, portanto, que com o crescimento do valor do SM no período, ele tornou-se mais representativo como padrão de remuneração para as pessoas com carteira assinada, ao mesmo tempo em que se tornou bem menos importante para o setor informal, reduzindo a parcela dos empregados e dos trabalhadores domésticos sem carteira, além dos trabalhadores por conta própria, recebendo 1 SM.

O dado acima é de extrema relevância mostrando as limitações da legislação trabalhista no caso da remuneração mínima oficial. Ao mesmo tempo em que crescia o valor do SM e a formalização das relações de trabalho no país no período considerado, parcela importante das pessoas que permaneceram no setor informal perderam sua remuneração equivalente ao SM. Não se deve, entretanto, minimizar a importância do SM nas relações assalariadas informais, na medida em que importante parcela dos trabalhadores que recebem 1 SM é constituída por empregados sem carteira assinada típicos do setor informal da economia.

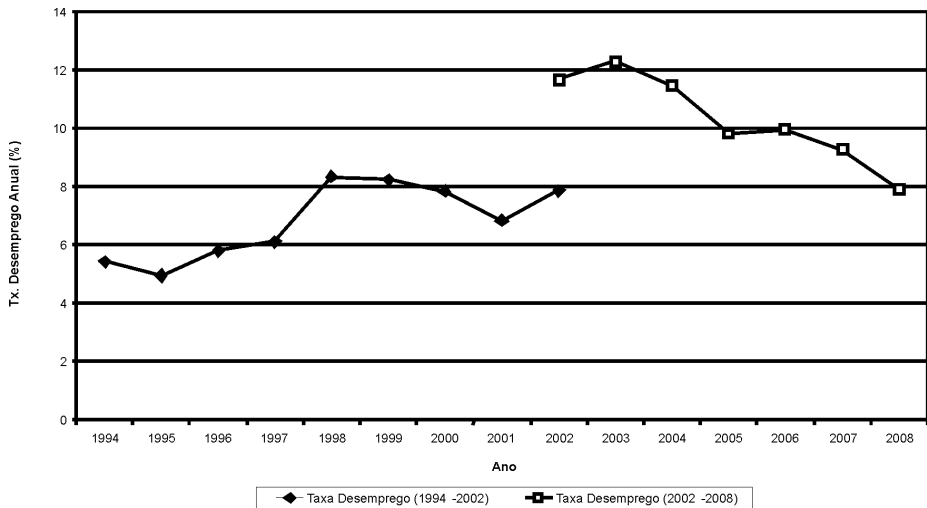
Salário Mínimo, Desemprego e Informalidade

Uma das preocupações levantadas pelo pensamento ortodoxo com relação ao salário mínimo é a possibilidade de que sua fixação em nível elevado poderia reduzir a demanda por trabalhadores aumentando o desemprego. Como consequência, haveria também aumento da informalidade no mercado de trabalho.

Tendo em vista o aumento do salário mínimo no período aqui estudado, bem acima do crescimento do PIB e do PIB per capita, seria desejável verificar como se comportaram a taxa de desemprego e o grau de informalidade das relações de trabalho no país.

No caso da taxa de desemprego, houve efetivamente um pequeno aumento entre 1997 e 2003, período em que o crescimento do PIB não passou de 1,9% ao ano.¹³ Entretanto, a partir de 2004, período em que o crescimento do SM e do PIB foi mais intenso, há um nítido recuo da taxa de desemprego. Portanto, o aumento do SM no período aqui estudado coincide com um comportamento relativamente favorável para a taxa de desemprego (gráfico 8).

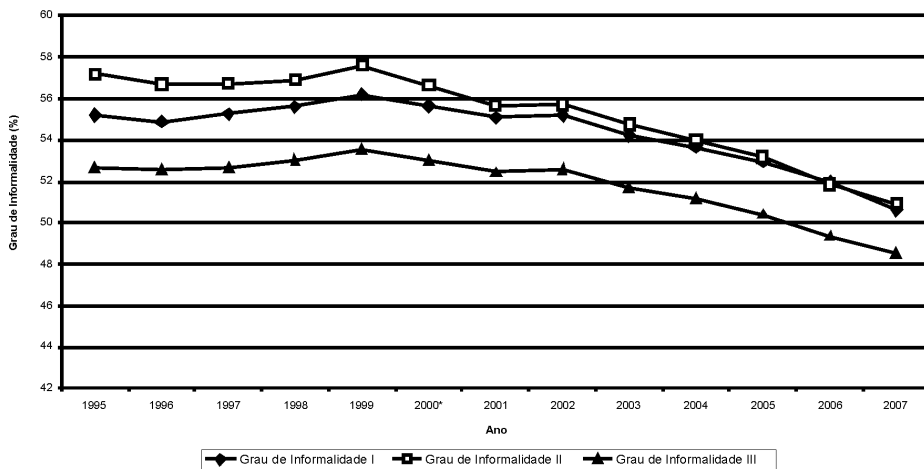
Gráfico 8 - Taxa de Desemprego - 1994/2008



Fonte: PME-IBGE

Com relação à informalidade, sabidamente elevada no país, foram utilizadas três medidas para sua análise.¹⁴ Embora o grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro permaneça bastante alto, há uma nítida tendência de redução a partir de 2000. Em 2007, podia ser estimado em torno de 50% da população ocupada. Portanto, mais uma vez, o crescimento do SM não poderia ser acusado de ter favorecido o aumento da informalidade no país, na medida em que ela foi reduzida substancialmente nos últimos anos, ao mesmo tempo em que o SM passava por um intenso processo de crescimento (gráfico 9).

Gráfico 9 - Grau de Informalidade - 1995/2007



Fonte: IPEADATA (a partir da PNAD-IBGE)

Em resumo, tanto o desemprego quanto a informalidade apresentaram comportamentos favoráveis no período recente em que o SM passou por uma forte recuperação de seu nível real.

Conclusão

A principal motivação para a preparação deste artigo foi o grande crescimento do SM no Brasil a partir de meados dos anos noventa, procurando verificar até que ponto teria havido mudanças no perfil da população remunerada pelo SM no mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, acompanhando sua elevação no período, houve aumento do número de pessoas remuneradas ao nível de 1 SM, tanto em termos absolutos quanto relativos. Foi verificado também que a maior parte das transformações observadas neste segmento da população está associada a modificações ocorridas no conjunto da população ocupada como um todo. Há, entretanto, algumas mudanças que podem ser atribuídas ao aumento do SM no período analisado.

Assim, a população que recebe o SM no Brasil tornou-se mais feminina, mais velha e mais escolarizada, resultado esse que reflete em parte as próprias transformações do mercado de trabalho no país nos últimos anos, quando houve redução relativa do trabalho de jovens e de pessoas com menores níveis de escolaridade, e aumento da participação feminina.

A população dependente do SM concentra-se em alguns segmentos da economia como no setor agrícola, na indústria de transformação, comércio e reparação, educação, saúde e serviços sociais, além dos serviços domésticos. Há nítida sobre representação da importância do SM no serviço doméstico e sub representação na agricultura quando comparado com suas respectivas participações no mercado de trabalho como um todo.

Ao longo do período, o SM tornou-se mais importante na região Nordeste, onde o mercado de trabalho é menos desenvolvido e os níveis de rendimento são menores, assim como na maioria de seus estados. Apesar disso, grande parte dos trabalhadores que recebem 1 SM continua localizada nos estados com maiores populações, seja na região Sudeste, como Minas Gerais e São Paulo, ou na região Nordeste, como Bahia. Alagoas é o estado onde proporcionalmente há mais pessoas recebendo 1 SM. O menor percentual de pessoas remuneradas pelo SM é encontrado em São Paulo.

O SM é mais importante nas regiões urbanas do que nas rurais, refletindo o maior nível de formalização no mercado de trabalho das primeiras e o fato que as relações de assalariamento nas regiões rurais são muito menos importantes que nas urbanas. Tendo em vista a continuidade do processo de urbanização do país, a tendência verificada no período analisado foi de redução da participação da população rural remunerada segundo o SM quando comparada com a população urbana. A baixa participação do SM nas regiões rurais está também associada ao fato de que parcela relativamente pequena da população agrícola (i.e. localizada nas regiões rurais) é remunerada pelo SM.

Com o crescimento de seu valor real e o aumento da formalização das relações de trabalho nos últimos anos, o SM tornou-se mais importante como padrão de remuneração para as pessoas com carteira assinada, ao

mesmo tempo em que se tornou menos representativo no setor informal, reduzindo a parcela dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira recebendo 1 SM. Isso significa que embora representando a referência básica de remuneração no país, seu crescimento não conseguiu evitar que uma maior parcela dos trabalhadores assalariados do setor informal da economia ficasse defasada, passando a receber remunerações inferiores ao valor do SM.

Finalmente, os resultados aqui encontrados contradizem alguns ensinamentos do pensamento econômico ortodoxo, contrários a aumentos do salário mínimo, na medida em que causariam desemprego e crescimento da informalidade. No período analisado ocorreu exatamente o movimento inverso, pois a forte elevação do salário mínimo coincidiu com o aumento da formalização das relações de trabalho e redução do desemprego, especialmente nos últimos cinco anos. O mais significativo é que tais transformações ocorreram em um período onde o crescimento econômico foi relativamente baixo na maior parte do tempo, recuperando-se apenas a partir de 2004.

Changes in the population remunerated according to the minimum wage in Brazil – 1997/2007

Abstract: From the mid of last decade minimum wage in Brazil went through a period of strong recovery, while the economy grew at a relatively modest rate. This movement arouses the interest on the type of changes that could be happening with the people paid by the minimum wage in the labor market.

This article shows that most changes observed among those receiving the minimum wage are associated with changes in the labor population as a whole, such as increasing education, age and female participation. There are, however, some changes that can be attributed to the increase in the minimum wage in that period, such as the growth of its importance in less developed regions of the country and in the formal sector. These results show that despite its strong growth in a period of relatively poor performance of the economy, there was a fall in unemployment and increased formalization of labor relations in the country.

Key-words: minimum wage; minimum wage in Brazil

JEL: E24; J83; J88

Notas

- ¹ O Plano Real fixou a taxa de câmbio em R\$ 1 = US\$ 1. O reajuste foi dado em maio de 1995.
O grande crescimento do SM entre 1994 e 1995 é questionado por alguns tendo em vista a forte inflação ainda existente em parte do ano de 1994.
- ² Utiliza-se o crescimento do PIB de dois anos anteriores devido à dificuldade de se ter a taxa de crescimento do PIB do ano anterior por ocasião do reajuste do SM. Tal regra, definida pelo Projeto de Lei 01/2007, tem sido utilizada, embora ainda não esteja formalmente aprovada no Congresso.
- ³ As referências bibliográficas ao final do texto lista vários estudos desenvolvidos nos últimos anos tratando dos vários aspectos do SM acima mencionados.
- ⁴ Uma exceção encontrada é Reis e Ramos (1993). Trata-se, entretanto, de texto que utiliza informações de 1989, portanto, bastante defasadas, além de considerar a população que recebe entre 0,75 e 1,25 SM e não exatamente 1 SM como aqui.
- ⁵ Uma alternativa seria estudar a população em torno do SM como feito no estudo de Reis e Ramos *op. cit.*. Isso teria a vantagem de aumentar o tamanho da população considerada, mas teria a desvantagem de incluir pessoas acima e abaixo do valor do SM. Usualmente, as pessoas que recebem 1 SM estão cientes deste fato e informam bem sua renda na PNAD, enquanto as demais tendem arredondá-la conforme será visto adiante.
- ⁶ Utiliza-se sempre a informação de setembro quando é feito o levantamento da PNAD.
- ⁷ Foi evitado o ano de 1994 devido ao fato que, embora o valor do SM de R\$ 70 em setembro fosse “comparável” ao de 2007, o país acabava de passar pela experiência do Plano Real, representando uma situação diferenciada do restante do período. Em 1995, o SM passou para R\$ 100 e, em 1996, para R\$ 112.
- ⁸ Entre 1997 e 2007 o crescimento real do SM foi de 5,1% ao ano, i.e., a mesma média anual obtida entre 1994 e 2008.
- ⁹ Como em 1997 a PNAD não cobria as áreas rurais da região Norte, em todo o trabalho é retirada tal população dos dados de 2007 para não distorcer a comparação entre os dois anos.
- ¹⁰ Há possibilidade de se tentar compatibilizar as classificações setoriais nos dois anos, mas os resultados não são plenamente satisfatórios. Dessa forma, optou-se por trabalhar apenas com os dados de 2007.
- ¹¹ Cabe lembrar que a população das áreas rurais da região Norte não estão sendo consideradas neste artigo.
- ¹² Ver Saboia (2007).
- ¹³ Como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) mudou de metodologia a partir de 2003,

são apresentadas no gráfico em 2002 as taxas calculadas pelas duas metodologias para efeito de comparação.

¹⁴ Os dados e as três definições aqui utilizadas foram retirados do site Ipeadata:

Definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria);

Definição II: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores);

Definição III: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

Referências Bibliográficas

BALTAR, P., DEDECCA, C. e KREIN, J. orgs., *Salário Mínimo e Desenvolvimento*, Unicamp, Campinas 2005.

BARROS, R., CORSEUIL, C. e CURY, S., Salário Mínimo e Pobreza no Brasil: Estimativas que consideram Efeitos de Equilíbrio Geral, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 30, nº 2, 2000.

CORSEUIL, C., SERVO, L., Salário Mínimo e Bem-Estar Social no Brasil, Uma Resenha da Literatura, *Texto para Discussão*, nº 880, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

DAIN, S. e MATIJASCIC, M., Finanças Públicas, Salário Mínimo e Seguridade Social, in Baltar, P., Dedecca, C. e Krein, J., *Salário Mínimo e Desenvolvimento*, Unicamp, Campinas, 2005.

FAJNZYLBBER, P., Minimum Wage Effects through the Wage Distribution: Evidence from Brazil's Formal and Informal Sectors, *Texto para Discussão*, nº 151, CEDEPLAR/UFMG, 2001.

FIRPO, S. e REIS, M. C., Salário Mínimo e Distribuição de Renda, in Barros, R., Foguel, M. e Ulyseia, G. orgs., *Desigualdade de Renda no Brasil – Uma Análise da Queda Recente*, v. 2, IPEA, Brasília, 2007.

FOGUEL, M., RAMOS, L. e CARNEIRO, F., The Impact of Minimum Wage on the Labor Market, Poverty and Fiscal Budget in Brazil, *Texto para Discussão*, nº 839, IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

GIAMBIAGI, F. e FRANCO, S., O Esgotamento do Salário Mínimo como Mecanismo de Combate à Pobreza Extrema, *Texto para Discussão*, nº 1290, IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

LAVINAS, L., Salário Mínimo, Linha de Pobreza e Benefícios Assistenciais: Desvincular é Preciso?, in Baltar, P., Dedecca, C. e Krein, J., *Salário Mínimo e Desenvolvimento*, Unicamp, Campinas, 2005.

LEMONS, S., Minimum Wage Effects on Wages, Employment and Prices: Implications for Poverty Alleviation in Brazil, *Working Paper*, nº 05/15, University of Leicester, 2005.

NERI, M., GONZAGA, G. e CAMARGO, J., Salário Mínimo, Efeito Farol e Pobreza, *Revista de Economia Política*, v. 21, nº 2, 2001.

NERI, M. e GIAMBIAGI, F., Previdência Social e Salário Mínimo: O que se Pode Fazer Respeitando a Restrição Orçamentária?, *Revista do BNDES*, v. 7, nº 13, 2000.

REIS, J. G. e RAMOS, L., Quem Ganha Salário Mínimo no Brasil?, *Texto para Discussão*, nº 320, IPEA, Rio de Janeiro, 1989.

SABOIA, J. Efeitos do Salário Mínimo sobre a Distribuição de Renda no Brasil no Período 1995/2005, *Econômica*, v. 9, nº 2, dezembro de 2007.

SOARES, S., O Impacto Distributivo do Salário Mínimo: A Distribuição Individual dos Rendimentos do Trabalho, *Texto para Discussão*, nº 873, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

ULYSSEA, G. e FOGUEL, M., Efeitos do Salário Mínimo sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro, *Texto para Discussão*, nº 1168, IPEA, Rio de Janeiro, 2006.

Data de envio do artigo: 27/2/2009

Data de aprovação: 12/05/2009